

DIÁLOGO ENTRE OS DOCUMENTOS DA COMISSÃO DA VERDADE DA UFRN E A ENCONTRABILIDADE DA INFORMAÇÃO

DIALOGUE BETWEEN THE DOCUMENTS OF THE UFRN TRUTH COMMISSION AND THE INFORMATION FINDABILITY

Jacyara Kalina Themistocles da Silva^a

Fernando Luiz Vechiato^b

Ana Cláudia Ribeiro^c

RESUMO

Objetivo: analisar como a encontrabilidade da informação pode colaborar para a disseminação dos documentos da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A **metodologia:** caracteriza-se como bibliográfica e documental, desenvolvida por meio do método indutivo, de abordagem qualitativa. Os principais **resultados** alcançados foram: o mapeamento dos documentos da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que estão no Laboratório de Imagens, e os que estão no Arquivo Geral da universidade. Diante disso, reflete-se nas **conclusões:** a necessidade de contribuir para a publicização dos referidos por meio da utilização dos atributos de encontrabilidade da informação. Nessa perspectiva, recomenda-se a criação de um Repositório Digital e a criação de um acervo especial composto pelos documentos da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte no Arquivo Geral e/ou na Biblioteca Central Zila Mamede.

Descritores: Encontrabilidade da Informação. Documentos da Comissão da Verdade. Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Ditadura Militar.

^a Mestranda no Programa de Pós-graduação em Gestão e Organização do Conhecimento da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: jacyara.kalina@hotmail.com

^b Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professor do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: vechiato2008@gmail.com

^c Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: anacribeiro29@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A ditadura militar no Brasil ocorreu entre 1964 até 1985 e foi um período marcado por inúmeras violações de Direitos Humanos como censura aos veículos de comunicação, prisões, tortura psicológica, física levando ao desaparecimento e morte de muitas pessoas. Em países que passam por períodos de violência gerados pelo Estado, é necessário promover o trabalho de memória, que está inserida no campo da Justiça de Transição, que impacta várias áreas do conhecimento que visa estabelecer medidas para lidar com o legado de violações através de reconstituições históricas em busca da verdade, memória e justiça.

Nesse sentido, no ano de 2011, criou-se no Brasil a Lei 12.527/ 2011, denominada Lei de Acesso à Informação (LAI), objetivando dar acesso aos documentos e às informações públicas. Em consonância, foi criada também a Lei 12.528/ 2011, responsável pela criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), tendo como objetivo principal investigar as violações ocorridas no período da ditadura militar no Brasil. (BRASIL, 2011a, 2011b).

No Estado do Rio Grande do Norte foi criada a Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CV-UFRN) em 2012, através da Portaria 1.809 / 12 – R. A comissão foi composta por membros representantes da comunidade acadêmica, e objetivou efetivar o direito à memória e à verdade no âmbito da UFRN. (ALMEIDA; MAIA, 2015). Diante do trabalho realizado pela CV-UFRN, é possível refletir acerca da necessidade de publicização dos documentos produzidos e coletados nas diligências, em um cenário onde a preservação da memória depende da organização desses documentos e sua disponibilização, o que pode proporcionar sua encontrabilidade a comunidade universitária e aos cidadãos interessados.

Os autores Vechiato e Vidotti (2014a) exploram o tema Encontrabilidade da Informação (EI), inserindo-o no contexto do paradigma pós-custodial em que a Ciência da Informação (CI) está atualmente, no sentido de que para que a

informação possa se transformar em conhecimento, é necessário que ela esteja passível de ser encontrada, acessada e apropriada pelos sujeitos informacionais.

Nessa perspectiva, tem-se como questão norteadora deste artigo: Como os estudos em Encontrabilidade da Informação, no contexto da CI, podem contribuir para o acesso das informações da história do tempo presente, durante o período da ditadura militar na UFRN? Como hipótese, entende-se que os aportes teóricos e práticos da Encontrabilidade da Informação podem auxiliar na definição de diretrizes e de ações que possibilitem disseminar as informações históricas do período da ditadura militar no âmbito da UFRN.

Diante disso, tem-se como objetivo geral: Analisar como a encontrabilidade da informação pode colaborar para a disseminação dos documentos da CV-UFRN. Para atingir o objetivo geral, foram delineados os seguintes objetivos específicos: compreender aspectos da história da ditadura militar e da Comissão da Verdade da UFRN; compreender os atributos da encontrabilidade da informação, no contexto da Ciência da Informação e mapear os documentos dispostos na UFRN que serviram de base para a construção do Relatório Final da CV-UFRN.

Considerando que o acesso à informação é um caminho consolidado para a aquisição de novos conhecimentos, esta pesquisa tem como justificativa contribuir para a publicização das informações pesquisadas e produzidas pela CV-UFRN, tendo em vista a necessidade de discutir este tema no Brasil.

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA DITADURA MILITAR NAS UNIVERSIDADES

Nas Universidades brasileiras, assim como em outras instituições, o regime autoritário se manifestou ativamente buscando inibir a ação de oposição dos estudantes e servidores. Isso se dava por meio de decretos e atos institucionais que foram criados no período ditatorial com o propósito de validar as ações arbitrárias que eram empreendidas contra qualquer pessoa que fosse suspeita de ter algum envolvimento ou comportamento de oposição à ditadura. (MOTTA, 2018).

Para fazer um controle de todas as atividades suspeitas e vigiar os passos da sociedade foram criadas Assessorias Especiais de Serviço de Informação (AESI) e Assessorias de Segurança da Informação (ASI), que objetivavam investigar as pessoas suspeitas de cometer atos subversivos. Essas entidades foram responsáveis por uma grande parcela dos arquivos produzidos durante o regime ditatorial compostos por documentos que retratam a atuação militar. (MOTTA, 2018).

Além disso, segundo Fagundes (2013, p. 13) “foram instaurados inquéritos policiais militares e inquéritos administrativos que indicaram funcionários e, principalmente, estudantes”. E foi através de decretos e atos institucionais, como o Ato Institucional 5 (AI-5) e o Decreto 477, que muitos estudantes e servidores públicos das universidades foram perseguidos, chegando a ser afastados e expulsos de seus postos de trabalho e cursos de graduação e pós-graduação.

O AI-5 foi instaurado em 13 de dezembro de 1968, como uma forma de legalizar as atitudes arbitrárias cometidas pelo regime militar contra os seus opositores. O AI-5 também criou uma animosidade entre os próprios militares, pois alguns acreditavam que se tratava de uma prática desnecessária e violenta. Os motivos e razões que levaram a produção do AI 5 foram: responder ao impulso político no sentido de fortalecer e até mesmo defender o regime instaurado em 1964, unindo os militares, enquanto golpeava fortemente a oposição, enquadrar os dissidentes da ditadura e por outro lado pretendia impulsionar e agilizar o crescimento econômico do país. (MOTTA, 2014).

Por meio do AI 5 o regime ditatorial alcançou um patamar extenso de violações dos direitos humanos e, além disso, contribuiu para que os opositores da ditadura buscassem formas de responder ativamente às investidas agressivas dos militares, de modo desproporcional, tendo em vista que os opressores tinham ao seu dispor todo aparato para promover ações violentas.

Na Universidade foi criado o Decreto 477, que também foi uma forma de coibir o movimento estudantil, pois dava poderes aos reitores para expulsar o aluno e impossibilitar que o mesmo voltasse a ter acesso a universidade pública por três anos. (MOTTA, 2014).

Mesmo diante dessa realidade as Universidades tiveram um papel importante na oposição à ditadura, devido à resistência estudantil. As formas de luta estudantil se davam por meio de ocupações de prédios, passeatas, debates, shows musicais, publicações, teatro e outras manifestações culturais. Os estudantes reivindicavam por mais vagas excedentes, reformas para a universidade pública, ataque ao imperialismo, e a denúncia da ditadura militar e todas as violações advindas desse regime ditatorial. (MOTTA, 2019).

Diante das mobilizações contrárias à ditadura e conseqüentemente o enfraquecimento do regime militar, a ditadura teve fim em 1985. Após vinte e um anos de violações de direitos humanos no Brasil.

No entanto, em países que passam por períodos de violações como ocorreram durante a ditadura, é necessário que sejam realizadas medidas transicionais, fundamentada nos princípios de busca pela reparação, justiça, memória e verdade, e reformas institucionais.

Diante disso, apresenta-se uma breve contextualização da LAI e da criação da CNV, refletindo em como essas medidas impactaram no acesso aos documentos que revelam revisões do passado de violações viabilizando um trabalho de resgate e preservação da memória.

2.1 LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

A Lei nº 12.257/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), foi publicada em 18 de novembro de 2011 e entrou em vigor em 16 de maio de 2012, com o objetivo de promover o acesso às informações públicas, de modo a possibilitar que a sociedade brasileira tivesse os instrumentos necessários para validar sua participação política e social, cooperando para uma nação democrática, transparente e que preza pela busca constante dos direitos humanos e da igualdade social. (BRASIL, 2011a).

A LAI influenciou significativamente na forma como os documentos públicos eram tratados, passando de um contexto onde a disponibilização era feita para poucas e seletas pessoas e instituições para um contexto em que toda a sociedade civil brasileira poderia ter acesso às informações públicas e assim exercer uma participação mais ativa em busca de uma democracia

sólida. (BRASIL, 2011a).

Sendo assim, foi necessário estabelecer alguns parâmetros para que fosse possível identificar quais informações poderiam ou não ser publicizadas. Para determinar as informações que não poderiam ser publicizadas, foram estabelecidas algumas exceções em casos específicos e por um período determinado. Nesse sentido, as informações que se enquadram dentro das exceções de publicização são referentes a dados pessoais e informações sigilosas que poderiam colocar em risco a segurança da sociedade ou do Estado. Para designar o tempo e o grau de sigilo de cada uma dessas informações, elas devem ser classificadas pelos órgãos competentes. (BRASIL, 2011a).

De acordo com o artigo 27 da LAI, a classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é direcionada a competências específicas de modo a garantir que informações com restrição permaneçam sendo uma exceção e informações publicizadas sejam a regra.

O desafio de tornar as informações públicas acessíveis revela um contraste entre o publicizar e o encontrar as informações, levando em consideração que o fato de publicizar não fará com que as informações estejam fáceis de serem recuperadas e encontradas pela sociedade.

Nessa perspectiva, "A Comissão Nacional da Verdade foi criada no mesmo dia que a LAI pela Lei 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988." (CNV, 2014a).

A CNV buscou promover o debate acerca do tema da ditadura militar no Brasil, e durante os anos de 2012 até 2014 realizou um trabalho de coleta de documentos e de relatos de testemunhas, análise e confrontamento de informações dos relatos com os documentos, além da criação de acervo, constando as memórias da repressão no Brasil, e trazendo à tona as violações de direitos humanos que foram identificadas. Desse modo, buscou-se colaborar para a construção, preservação e manutenção da memória e verdade. (CNV, 2014b).

Em 16 de dezembro de 2014, ao final do trabalho da CNV, foi

apresentado um relatório final que está dividido em três volumes, devido à grande quantidade de documentos adquiridos e produzidos, bem como à grande quantidade de relatos orais. O Volume 1 é referente às atividades da CNV, as graves violações de direitos humanos, conclusões e recomendações, enquanto que o Volume 2 apresenta os textos temáticos e, por fim, o Volume 3 enuncia os mortos e desaparecidos políticos. (CNV, 2014b).

As contribuições da CNV foram além dos resultados obtidos durante todo trabalho realizado até a finalização do relatório final. Tendo em vista que o seu surgimento incentivou a criação de outras iniciativas na busca pelo resgate e preservação da memória. Nessa perspectiva surgem as Comissões da Verdade municipais, estaduais e, até mesmo, dentro das Universidades brasileiras.

Diante disso, será descrito a seguir, o trabalho realizado pela Comissão da Verdade da UFRN (CV-UFRN), na medida em que identifica: a criação da CV-UFRN, a sua forma de atuação, seus impactos e os resultados alcançados.

2.2 COMISSÃO DA VERDADE DA UFRN

A UFRN participou dessa mobilização acerca da busca pela manutenção, preservação e disseminação da memória e da verdade. Por meio da Portaria nº 1.809/ 12- R, de outubro de 2012, foi criada a CV-UFRN, sendo composta por membros representantes da comunidade acadêmica.

Por meio de uma pesquisa qualitativa, a CV-UFRN realizou um levantamento documental e promoveu entrevistas que inicialmente foram registradas em áudio e vídeo e posteriormente foram transcritas. Em seguida realizou-se uma análise de dados onde as informações colhidas nas entrevistas foram confrontadas com as informações contidas nos documentos coletados objetivando validar a veracidade dos fatos desvendados. (ALMEIDA; MAIA, 2015).

A história não traz sua totalidade nem sua verdade completa, o historiador conta cenas de seu tempo. Novos fundos documentais podem surgir e trazer um revisionismo, entretanto, cabe lembrar, estes amparados pelo rigor científico. Nesse sentido "Se a subjetividade é inerente ao fazer história, ao

menos em uma dimensão o historiador, segundo Ginzburg, jamais pode conceder, ou seja, no domínio documental e factual. O historiador não pode afirmar o que seja sem apoio de fontes confiáveis". Assim como os cientistas são em pesquisas experimentais (GIZBURG, 1990, p. 143-163 *apud* ROLLEMBER; VAINFAS, 2020, p. 26).

A CNV e CV-UFRN apresentaram no final de suas pesquisas científicas um relatório final, no qual são apresentados de forma clara todos os caminhos percorridos, as consultas realizadas, as vítimas identificadas e, por fim, elenca seis recomendações gerais que são: a criação de um memorial da resistência universitária no antigo prédio da Faculdade de Direito da UFRN; reconhecimento simbólico e público da violação dos direitos contra os membros da UFRN, e criação de espaço para que os artistas plásticos da UFRN registrem os reflexos do período da ditadura; fazer oposição de placa no local onde funcionava a AESI na UFRN como alusão sua função repressiva; propor ao Conselho Universitário a revogação de todas as Resoluções autoritárias do período da ditadura militar; propor que seja providenciado um acondicionamento ideal para o acervo de documentos do arquivo geral da UFRN; e por último, incentivar publicações de trabalhos e bases de pesquisa sobre o período da ditadura e seus reflexos. Após isso, sugere recomendações específicas relativas a análises de processos individualizados originários na CV-UFRN. (UFRN, 2015).

Diante disso, foi criado um *website* para que as informações e os procedimentos realizados pela comissão tivessem visibilidade e fossem acessíveis à população. Nessa perspectiva, é importante refletir acerca da disseminação dessas informações, de modo que seja possível recuperá-las e encontrá-las tanto em meio analógico quanto em meio digital. E tendo em vista o contexto tecnológico da sociedade atual, faz-se necessário refletir acerca de estratégias e práticas capazes de facilitar a publicização, a encontrabilidade e o acesso, das informações e dos documentos produzidos e recolhidos pela CV-UFRN.

Nesse sentido, a seguir serão abordados os estudos acerca da encontrabilidade da informação, refletindo em como seria possível colaborar para a publicização dos documentos da CV-UFRN por meio da utilização dos

atributos de encontrabilidade da informação.

3 ENCONTRABILIDADE DA INFORMAÇÃO E SUA APLICABILIDADE NO CONTEXTO DOS ARQUIVOS

Segundo Vechiato e Vidotti (2014a) a Ciência da Informação está ligada à gestão de fluxos informacionais, contemplando comunicação da informação, uso de ferramentas tecnológicas para potencializar a representação das informações e conseqüentemente a encontrabilidade da informação. Para estes autores, “Emerge, nessa perspectiva, a encontrabilidade (findability) da informação como importante elemento que se situa entre a efetividade do funcionamento dos ambientes / sistemas de informação e as características e experiências dos sujeitos”. (VECHIATO; VIDOTTI, 2014b, p. 14).

O termo “encontrabilidade da informação” surge em um contexto onde as TIC estão cada vez mais presentes no cotidiano dos indivíduos. Ela está relacionada à capacidade de tornar as informações encontráveis e acessíveis tanto em ambientes informacionais analógicos quanto digitais. (VECHIATO; VIDOTTI, 2014b).

Nessa perspectiva, Vechiato e Vidotti (2014a, p. 49) propuseram os Atributos de Encontrabilidade da Informação, conceituando-os como “[...] características que potencializam as possibilidades de encontro da informação pelos sujeitos num sistema ou ambiente informacional”.

Os atributos que favorecem a encontrabilidade da informação em ambientes informacionais, segundo Vechiato e Vidotti (2014b), são: taxonomias navegacionais; instrumentos de controle terminológico; *folksonomias*; metadados; mediação dos informáticos; *affordances*; *wayfinding*; descoberta de informações; acessibilidade e usabilidade; mediação dos profissionais da informação; mediação dos sujeitos informacionais, Intencionalidade e, por fim, mobilidade, convergência e ubiquidade.

Os Atributos de Encontrabilidade da Informação podem colaborar significativamente no processo de busca e encontrabilidade das informações tanto em ambientes digitais quanto em ambientes analógicos. A forma dos Atributos da Encontrabilidade da Informação podem ser aplicados no contexto

dos arquivos, levando em consideração a perspectiva atual na qual os ambientes digitais são cada vez mais demandados.

Aleixo, Sant'Ana e Vechiato (2019) desenvolveram um estudo acerca das diretrizes para a criação de websites arquivísticos relacionando-as aos Atributos de Encontrabilidade da Informação.

Foi verificado que alguns dos Atributos de Encontrabilidade da Informação estão presentes nas diretrizes. No entanto, de acordo com Aleixo, Sant'Ana e Vechiato (2019, p. 4) “há questões que precisam ser ajustadas e atributos que podem ser incluídos no processo de elaboração de websites de instituições arquivísticas [...]”.

Objetivando facilitar o acesso e a recuperação dos documentos, é importante que as instituições arquivísticas, além de aplicar os instrumentos tradicionais para a organização, classificação e gestão documental, tenham conhecimento das Diretrizes gerais para a construção de websites e dos Atributos de Encontrabilidade da Informação.

Nessa perspectiva, os Atributos de Encontrabilidade da Informação podem ser aplicados em todos os tipos de ambientes informacionais, possibilitando o acesso e a recuperação das informações. E no contexto dos arquivos públicos, é importante ressaltar a necessidade de integrar conhecimentos arquivísticos específicos, como as Diretrizes para a construção de websites de instituições arquivísticas.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos possuem características de abordagem qualitativa, do ponto de vista do método utilizado, destaca-se o método indutivo. Além disso, a pesquisa bibliográfica foi predominante no decorrer deste artigo, tendo em vista a necessidade de desenvolver referencial teórico e dar embasamento para as abordagens desenvolvidas.

Após a realização de todo levantamento bibliográfico, alguns documentos produzidos e coletados pela CV-UFRN também foram acessados por meio do e-SIC e também por meio do *web site* da Comissão da Verdade da UFRN, que apresenta os documentos em arquivos PDF. Desse modo, a

pesquisa documental pôde ser identificada neste processo de investigação.

Encaminharam também duas visitas em 2019, uma visita ao Laboratório de Imagens da UFRN (LABIM) e outra ao setor de Repositório da UFRN, nas quais foram executadas entrevistas não estruturadas visando identificar informações em relação ao acesso dos documentos da CV-UFRN. No entanto, devido ao protocolo de isolamento social adotado para conter o avanço da pandemia do novo coronavírus (COVID 19) tornou-se inviável, em 2020, a visita ao Arquivo Geral da UFRN para mapear os documentos utilizados pela CV-UFRN que estão sob a custódia da instituição. Por isso, foi utilizado o e-SIC, sendo possível por meio do *website*: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>. Além disso, no mesmo período também foi encaminhado um e-mail para o Arquivo Geral da UFRN, no endereço eletrônico arquivogeral@cgi.ufrn.br.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O desdobramento da pesquisa seguiu para o terceiro objetivo específico, visando mapear os documentos que serviram de base para a construção do Relatório Final da CV-UFRN, buscando identificar e acessar os locais de guarda dos documentos produzidos e coletados durante os trabalhos da comissão.

Desse modo, buscou-se identificar onde estão alocados os documentos da CV-UFRN e, conseqüentemente, refletir acerca da encontrabilidade desses documentos. Nesse sentido, verificou-se que os documentos estão divididos em dois lugares no interior da instituição, sendo eles: o LABIM e o Arquivo Geral da UFRN.

Além disso, a produção documental também se deu por meio de resoluções para legitimar as ações da CV-UFRN, como por exemplo: portarias, memorandos e ofícios.

Os documentos que podem contribuir para entender os procedimentos e o percurso da CV-UFRN foram: Portaria nº 1.809/12 - R de 31 de outubro de 2012 (Dispõe sobre a criação da Comissão da Verdade da UFRN); Ofício nº 147/ 2013 - GE / SECULT / FJA, de 04 de março de 2013 (Dispõe sobre a

transferência de acervo documental da antiga Faculdade de Sociologia e política, encontrada na Fundação José Augusto, para a UFRN); Memorando nº 060 / 2013 - CG / UFRN, de 12 de março de 2013 (Dispõe sobre a transferência de acervo documental da antiga Faculdade de Sociologia e política, encontrada na Fundação José Augusto, para a UFRN sob a anuência da Reitora Ângela Maria); Ofício nº 053 / 2010 - DG de fevereiro de 2010 (Dispõe sobre os documentos da antiga Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza, vinculada à Fundação José Augusto); Ofício nº 006 / 2014 - CV (Dispõe sobre uma sugestão da Comissão da Verdade da UFRN para a Comissão Nacional da Verdade incluir em suas investigações abusos cometidos em algumas instituições do RN); Ofício nº 009 / 2014 - CV (Dispõe sobre dois relatórios preliminares produzidos pelo membro da CV-UFRN - Juan de Assis, sobre as diligências para a localização do acervo da ASI e sobre os registros de tortura e mortes captados pela CV-UFRN); Ofício circular nº 001 / 2012 - CV de 27 de dezembro de 2012 (Dispõe sobre a solicitação de cooperação na UFRN, na busca pelos documentos relativos às violações ocorridas no âmbito da UFRN no período da ditadura militar) e o Memorando nº. 001/2015-CV, de 25 de maio de 2015, que dispõe sobre os documentos da CV-UFRN que estão sob a guarda do Arquivo Geral da UFRN. (ALMEIDA; MAIA, 2015).

O Memorando nº. 001/2015-CV, de 25 de maio de 2015 foi relevante para mapear os documentos sob a custódia do Arquivo Geral da UFRN, indicando que foram encaminhadas dezesseis caixas contendo documentos de caráter acadêmico, como: históricos, provas, relatórios e trabalhos acadêmicos, além de certidões, correspondências, demonstrativos, diários de classe e declarações que foram contribuições da Fundação José Augusto para apreciação da CV-UFRN⁴.

Inicialmente, foi solicitado o Memorando nº. 001/2015-CV, que dispõe sobre os documentos da CV-UFRN que estão sob a guarda do Arquivo Geral da UFRN. Posteriormente, foi realizada uma nova solicitação dos seguintes documentos: Portaria nº 1.809/12 - R de 31 de outubro de 2012; Ofício nº 147/

⁴ Os demais documentos listados foram importantes para entender a trajetória da comissão, e identificar como se deu o processo para a obtenção dos documentos da CV-UFRN. Todos estes documentos (portarias, memorandos e ofícios) foram solicitados por pedido de informação no site do e-SIC, <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>.

2013 - GE / SECULT / FJA, de 04 de março de 2013; Memorando nº 060 / 2013 - CG / UFRN, de 12 de março de 2013; Ofício nº 053 / 2010 - DG de fevereiro de 2010; Ofício nº 006 / 2014 - CV; Ofício nº 009 / 2014 - CV e Ofício circular nº 001 / 2012.

Além disso, também foi encaminhado um e-mail para o Arquivo Geral da UFRN⁵, solicitando a colaboração sobre os documentos que estão sob a guarda da instituição sendo respondido em detalhes sobre os documentos e quantidades.

Diante dessas informações verificou-se que além das dezesseis caixas mencionadas no Memorando nº. 001/2015-CV, também existem: quatro caixas-arquivo com identificação da Diretoria de Administração e Controle Acadêmico (DACA) referente ao período entre 1965 e 1975, com tipologia documental de Históricos; três caixas-arquivo referentes às atividades da Secretaria da Comissão da Verdade da UFRN; e uma caixa-arquivo com o Relatório da Comissão da Verdade da UFRN, totalizando 24 caixas-arquivo que equivalem a 3,13 metros lineares de documentos.

Destarte, observa-se que nesse caso específico a encontrabilidade e a recuperação dos documentos para a realização dessa pesquisa se deu mediante uma relação diplomática entre as partes, considerando a colaboração do Arquivo Geral da UFRN, por meio dos recursos da *Web*, e amparados pela LAI.

Cabe ressaltar que essa interação e solicitação só foi possível em decorrência do conhecimento prévio dos pesquisadores acerca da LAI que dá ao cidadão o direito de solicitar informações de caráter público. Entretanto, observa-se que o caminho para a encontrabilidade dos documentos sob a guarda do Arquivo Geral da UFRN foi envolto em dificuldades de acesso e desafios transversais referentes à adaptação ao cenário de pandemia. Esses fatores implicaram na maior utilização das TIC e dos serviços da *Web*.

E mesmo obtendo o acesso aos documentos, observou-se que alguns dos documentos normativos da CV-UFRN estavam ilegíveis, isso traz à tona uma nova reflexão acerca da encontrabilidade dos documentos, considerando

⁵ arquivogeral@dgi.ufrn.br

a sua acessibilidade e legibilidade. Além disso, infere-se que eles poderiam estar disponíveis de uma forma mais acessível, sem que fosse necessário conhecimento prévio da LAI ou até mesmo do setor e e-mail institucional do Arquivo Geral da UFRN.

Quanto aos documentos custodiados no LABIM, foi possível realizar uma visita ao local, pois isso antecedeu ao cenário de crise sanitária no Brasil. Foi verificado que os documentos foram sinalizados pela CV-UFRN, e foram alocados em 12 caixas que posteriormente foram guardadas. E lá estão até a presente pesquisa.

Nesse sentido, verificou-se também que a documentação que está sob a guarda do LABIM foi direcionada à instituição ao final dos trabalhos da CV-UFRN, e lá deveria ficar até que a antiga Escola de Direito da UFRN fosse restaurada e funcionasse como memorial, conforme recomendação do próprio relatório final da CV-UFRN. No entanto, até o presente momento isso não ocorreu, permanecendo sob a guarda do LABIM. Conforme segue no Quadro 1 com o mapeamento dos documentos da CV-UFRN.

Quadro 1 – Mapeamento dos documentos produzidos e coletados pela CV-UFRN

MAPEAMENTO DOS DOCUMENTOS DA CV-UFRN			
Local de custódia	Documentos	Quantidade	Acesso aos documentos
LABORATÓRIO DE IMAGENS – DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS – LABIM.	Recortes de jornais da época da ditadura, transcrição dos depoimentos das testemunhas, processos apurados pela CV-UFRN, Atas de oitivas testemunhais, artigos sobre o tema da ditadura, documentos da AESI/ UFRN, (dossiês, correspondências apreendidas, informativos, ofícios) e outros documentos que comprovam a atuação opressiva da AESI/UFRN.	12 caixas-arquivo.	No LABIM ou por meio do site: http://bczm.ufrn.br/comiss_aodaverdade/

ARQUIVO GERAL DA UFRN	Históricos Escolares, Diários de Classe, Certificados de Conclusão de Cursos, Provas de Vestibulares, Provas, Atestados, Declarações, processos, Ofícios, Relatórios, dentre outros;	24 caixas- arquivo.	No Arquivo Geral da UFRN
--------------------------------------	--	------------------------	-----------------------------

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Nesse contexto, é possível verificar a importância de se estabelecer meios capazes de promover a encontrabilidade e o acesso à informações produzidas e coletadas pela CV-UFRN, tendo em vista que todo documento produzido é de interesse público e diz respeito à sociedade brasileira pelo fato da ditadura militar se tratar de um período histórico em que foram constatados casos de graves violações de direitos humanos.

A documentação que está sob a guarda do Arquivo Geral da UFRN trata de documentos com dados pessoais de movimentações acadêmicas, conforme citado anteriormente. Já a documentação sob a guarda do LABIM se refere a uma documentação produzida e coletada nas diligências, bem como recortes de jornais regionais com notícias que remetem à época da ditadura militar.

As caixas contendo os documentos estão alocadas em uma sala no LABIM. Foi verificado com a responsável que desde o período da entrega desse material até o presente momento não houve demandas por essa documentação neste local.

Nesta visita ao LABIM foi realizada uma entrevista não estruturada com a responsável pelo setor na qual foram feitas as seguintes perguntas norteadoras: onde estão localizados os arquivos da CV-UFRN? Existe procura por esses documentos nesse setor? Esses documentos estão disponíveis no Repositório Digital do LABIM?

E obteve-se como respostas respectivamente que: os documentos da CV-UFRN estão custodiados em 12 caixas- arquivo conforme foram entregues pela CV-UFRN no ano de 2015 e desde então foram guardados em um armário que fica localizado no LABIM.

Em relação à procura por esses documentos no LABIM obteve como

resposta: que não houve demandas por esses documentos até o presente momento. Além disso, os documentos não compõem o Repositório do LABIM tendo como justificativa que os mesmos estão disponíveis no site <http://bczm.ufrn.br/comissaodaverdade/>. Observou-se ainda que o LABIM possui um Repositório Digital onde não constam documentos referentes à CV-UFRN, tendo como justificativa que o *web site* da CV-UFRN já disponibiliza esses documentos.

A partir desse cenário exposto, reflete-se que mesmo tratando-se de um acervo documental de importância histórica no âmbito da UFRN, os documentos não estão sendo consultados no espaço físico.

Com relação aos documentos disponíveis por meio do site, faz-se necessário melhorar o acesso para que os mesmos possam ser localizados de uma forma mais dinâmica e acessível, tendo em vista que mesmo disponíveis por meio de arquivos pdf, observa-se a possibilidade de melhorar a experiência dos usuários por meio da criação de um ambiente digital bem estruturado e que utilize os atributos de encontrabilidade da informação visando possibilitar uma recuperação dos documentos mais assertiva e prática.

Em relação ao espaço físico é necessário ter um posicionamento da própria UFRN com relação aos documentos produzidos pela CV-UFRN, no que se refere ao espaço para a guarda permanente desses documentos, sendo que foram entregues ao LABIM, porém, como guarda provisória, conforme relatado na entrevista. O LABIM não possui a autoridade oficial designada para tomar decisões no tocante à disponibilização e acesso aos documentos.

No entanto, em visita realizada ao setor de Repositório da UFRN, localizado na Biblioteca Central Zila Mamede, foi realizada também uma entrevista não estruturada na qual foram abordadas as seguintes perguntas: se houve procura pelos documentos da CV-UFRN, e se saberiam informar onde estariam localizados esses documentos.

Como resposta, sucedeu sim, demandas para acessar os documentos. Porém, não era de conhecimento do setor, os detalhes da localização desses documentos.

Constata-se nas entrevistas que as demandas estão direcionadas ao setor de Repositórios da UFRN. Diante desse dado de pesquisa, indica-se a

necessidade de refletir em soluções para o acesso aos documentos que compõem o acervo da CV-UFRN.

Segue algumas recomendações que podem impulsionar a publicização e a encontrabilidade dos documentos.

5.1 RECOMENDAÇÕES PARA A DISSEMINAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Diante dos resultados, compreendeu que a encontrabilidade da informação foi abordada em duas perspectivas. A primeira, relacionada com a estruturação e a avaliação de ambientes informacionais já existentes, cujas informações já estão disponibilizadas, conforme a proposta de Vechiato e Vidotti (2014a); e outra perspectiva que traz uma inovação à medida em que faz uma abordagem que antecede a disponibilização, buscando encontrar documentos que em alguns casos estão dispersos na própria Universidade que caracterizam o acervo desenvolvido durante os trabalhos da CV-UFRN. Nesta última perspectiva, portanto, estaria associada ao resgate da memória diante desses documentos.

A CV-UFRN construiu um acervo documental relevante para a historiografia do Rio Grande do Norte, entretanto requer preservar a fim de desenvolver o processo de justiça de transição baseado nos pilares da memória, verdade e justiça no âmbito da UFRN. No entanto, mesmo diante da sua importância histórica e social esses documentos não compõem um acervo integrado e de fácil acesso para a comunidade.

Assim sendo, infere-se que a utilização dos Atributos de Encontrabilidade da Informação podem ser aplicados para melhorar a encontrabilidade e a publicização dos documentos da CV-UFRN. Considerando que os documentos estão alocados em dois locais distintos, sendo eles o Arquivo Geral da UFRN e o LABIM, faz-se necessário verificar a possibilidade de mantê-los em um local que comporte todos esses documentos criando um acervo especial, que possivelmente poderia ser centralizado no Arquivo Geral da UFRN ou a ser refletido na Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM), visto pelo dado de procura na biblioteca. Esses lugares são os indicados, tendo em vista a localização, acesso e melhores condições para a utilização de atributos

da encontrabilidade.

Do ponto de vista digital, reflete-se que por meio da criação de um repositório digital, pelo qual seria possível melhorar a encontrabilidade, fazendo uso dos atributos da encontrabilidade. Dessa forma, segue o quadro 2, indicando alguns pontos dos Atributos de Encontrabilidade da Informação e as respectivas recomendações para a criação de um Repositório Digital para a CV-UFRN.

Quadro 2 – Recomendações para a utilização dos Atributos de Encontrabilidade da Informação na criação do Repositório Digital da CV-UFRN

RECOMENDAÇÕES PARA A UTILIZAÇÃO DOS ATRIBUTOS DE ENCONTRABILIDADE DA INFORMAÇÃO NA CRIAÇÃO DO REPOSITÓRIO DIGITAL DA CV-UFRN		
Atributos de Encontrabilidade da Informação	Recomendações de uso	Contribuições da encontrabilidade da informação
Taxonomias navegacionais	Utilizar termos assertivos, categorizados e hierarquizados a partir das comunidades e coleções do repositório, indicando o tipo de documento a ser acessado. Algumas opções de termos que podem ser utilizados são: CV-UFRN, Recomendações da CV-UFRN, Documentos ASI, Depoimentos, DOPS RN e Perseguidos políticos UFRN.	Possibilita o acesso mais rápido e fácil por meio de termos assertivos que indicam os documentos que podem ser acessados no ambiente informacional. O ordenamento hierárquico dos termos presentes na taxonomia possibilita que a encontrabilidade ocorra a partir da navegação no repositório proposto.
Affordances	Utilizar pistas de fácil entendimento e que oportunizem uma melhor navegação no ambiente digital. Algumas pistas já utilizadas em repositórios implementados com <i>DSpace</i> são: caixa de busca; links das comunidades e coleções; navegação por assunto, índices, data; entre outros.	Possibilita o acesso à informação por meio de estímulos visuais que indicam as opções para navegação dentro do ambiente digital.
Wayfinding	Inserir menus de navegação no decorrer do ambiente para possibilitar a localização atual e os caminhos percorridos possibilitando o retorno com um clique. Os repositórios implementados com <i>Dspace</i> também possuem <i>breadcrumbs</i> (ou trilhas de navegação), que possibilitam mostrar a localização do	Promove a identificação do local em que se está e o percurso até a localização atual, possibilitando uma navegação mais rápida, prática e assertiva.

	documento na organização da taxonomia.	
Descoberta de informações	Promover um ambiente que possibilite ao interagente vivenciar novas descobertas em decorrência de uma navegação fácil, prática e acessível. Para isso, podem ser aplicadas recomendações no repositório, a fim de apresentar ao usuário documentos relacionados ao que foi selecionado por ele, ampliando as possibilidades de descoberta.	Possibilita que o interagente acesse outras informações relacionadas ao tema conforme avança em sua navegação e visita as opções que vão surgindo no ambiente.
Acessibilidade e usabilidade	Construir um ambiente inclusivo e prático, utilizando recursos de acessibilidade, como por exemplo: possibilidade de aumentar o tamanho das letras, tradutor de libras para os vídeos e/ou áudios que forem inseridos no espaço digital, etc. No que diz respeito à usabilidade, é possível utilizar recomendações que auxiliam a equipe que fará a customização do repositório.	Possibilita a inclusão e o acesso aos documentos e às informações inseridas no ambiente, democratizando o acesso e publicizando as informações de forma inclusiva e acessível.
Mediação dos informáticos e dos profissionais da informação	Criar uma equipe que contenha profissionais da Ciência da Computação para implementar e customizar o Repositório Digital; bem como da Ciência da Informação, tendo em vista a necessidade de organização da informação e representação do conhecimento para facilitar o acesso e a recuperação das informações. Além disso, cabe a estes últimos profissionais a definição de uma política de informação para o funcionamento do repositório.	Promove a organização das informações no ambiente digital, facilitando o acesso e a encontrabilidade, possibilitando a publicização dos documentos da CV-UFRN e democratizando o acesso à informação.
Mobilidade, convergência e ubiquidade	Possibilitar que as informações estejam disponíveis tanto no ambiente virtual por meio de diferentes dispositivos, quanto no ambiente físico.	Promove a encontrabilidade e facilita o acesso aos documentos da CV-UFRN, na medida em que aumenta as possibilidades de acesso por meio de dispositivos distintos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Os estudos da encontrabilidade da informação podem contribuir significativamente para a localização, acesso e publicização dos documentos históricos que compõe o acervo da CV-UFRN na medida em que se utiliza os

Atributos de Encontrabilidade da Informação para a criação de um Repositório Digital para a CV-UFRN.

Em consonância, indica-se a necessidade da realização de novas pesquisas acerca do trabalho realizado pela CV-UFRN, pois carece de maior visibilidade e fomento ao acesso dessas informações. Indica-se que as recomendações da CV-UFRN sejam desenvolvidas, na medida em que se observa que diante do tempo decorrido desde o final da CV-UFRN requer trazer o tema para a discussão.

Por fim, a elaboração de um repositório poderá constituir um fator importante para a encontrabilidade e publicização da CV-UFRN, no qual permitirá que os documentos estejam disponíveis, possibilitando a preservação e a publicização da história da UFRN de uma forma acessível.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa o objetivo geral foi alcançado na medida em que descobriu-se que por meio da utilização dos atributos de encontrabilidade da informação nos ambientes informacionais é possível colaborar para a publicização e acesso aos documentos da CV-UFRN. Os principais resultados foram o mapeamento dos documentos que estão sob a guarda do LABIM e os que estão sob a guarda do Arquivo Geral da UFRN. Além disso, em visita realizada ao LABIM identificou-se por meio de uma entrevista que, para os documentos custodiados no local, ainda não havia tido demanda por acesso. Entretanto, na Biblioteca Central Zila Mamede no setor de Repositório da UFRN, foi constatado através de entrevista também que existem demandas pelos documentos da CV-UFRN.

Diante disso, constata-se a necessidade de pensar em soluções que viabilizem o acesso e a publicização desses documentos por meio da utilização dos atributos de encontrabilidade da informação. Nesse sentido, a hipótese de pesquisa que indaga se os aportes teóricos e práticos da Encontrabilidade da Informação podem auxiliar na definição de diretrizes e de ações que possibilitem disseminar as informações históricas do período da ditadura militar no âmbito da UFRN, foi corroborada na medida em que foram elencadas

sugestões para a utilização dos Atributos de Encontrabilidade da Informação na criação do Repositório Digital da CV-UFRN.

E por fim, em decorrência das pesquisas foram realizadas duas recomendações para a melhoria no acesso e na publicização dos documentos oriundos da CV-UFRN, objetivando torná-los mais acessíveis. Sendo elas no âmbito da encontrabilidade dos documentos no espaço analógico e no contexto digital.

Nessa perspectiva, para o espaço analógico indica a criação de uma acervo especial com os documentos da CV-UFRN na Biblioteca Central Zila Mamede e/ou centralizado no Arquivo Geral da UFRN, tendo o alcance de sua localização e as melhores condições no acesso, e já em relação aos espaços digitais preconiza a criação de um Repositório Digital utilizando os atributos da encontrabilidade da informação, conseqüentemente espera-se oferecer uma contribuição para que a sociedade tenha acesso a esses documentos.

Diante dos resultados da pesquisa infere-se que a encontrabilidade da informação é relevante na medida em que possibilita a publicização dos documentos da CV-UFRN, principalmente, por meio da aplicação dos atributos de encontrabilidade da informação nos ambientes informacionais digitais.

Sendo assim, reflete-se na perspectiva social dos estudos da encontrabilidade da informação, na medida que contribui para a preservação da memória, verdade e justiça para o processo de justiça de transição. Com a publicização dos documentos espera-se colaborar para que o trabalho realizado pela CV-UFRN esteja disponível à toda população, tornando possível que mais pesquisas sejam realizadas sobre a história do tempo presente no Brasil. O acesso à informação é um fator importante para colaborar no desenvolvimento do país e que se preocupa com as questões que envolvem o interesse coletivo, tanto no intuito de informar, quanto no sentido de contribuir com a democracia.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, D. V. B. S.; SANT'ANA, R. C. G.; VECHIATO, L. F. Encontrabilidade da informação no âmbito dos arquivos: ênfase nas diretrizes para a construção

de websites de instituições arquivísticas no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 20., 2019. Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: ANCIB, UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1240/635>. Acesso em: 20 jan. 2020.

ALMEIDA, J. de A.; MAIA, K. L. da S. (org.). **Verdades cruzadas**: um panorama dos trabalhos da Comissão da Verdade da UFRN. Natal: UFRN, 2015. Disponível em: <http://www.comissaodaverdade.ufrn.br/documentos.php>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. **Aspectos gerais da Lei**: Lei de Acesso à Informação. Disponível em: <http://www.acaoainformacao.gov.br/perguntas-frequentes/aspectos-gerais-da-lei>. Acesso em: 22 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011**. Lei de Acesso à Informação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.528 de 18 de novembro de 2011**. Comissão Nacional da Verdade. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm. Acesso em: 08 abr. 2019.

CNV. **A CNV**. Brasília: CNV, 2014a. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html#:~:text=A%20Comiss%C3%A3o%20Nacional%20da%20Verdade,5%20de%20outubro%20de%201988>. Acesso em: 10 out. 2020.

CNV. **Relatório**: volume 1. Brasília: CNV, 2014b. Disponível em: http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume_1_digital.pdf. Acesso em: 10 de out. de 2020.

COMISSÃO DA VERDADE DA UFRN. Notícias: CCHLA recebe acervo produzido e pesquisado pela comissão da verdade da UFRN. Natal: UFRN, 2015. Disponível em: <http://www.comissaodaverdade.ufrn.br/noticia.php?id=16658815>. Acesso em: 10 jun. 2020.

FAGUNDES, P. E. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p.295-316, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/viewFile/2175180305102013295/2845>. Acesso em: 10 ago. 2019.

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, R. P. S. **Os espaços universitários e a ditadura**: entre e resistência e a acomodação (Apresentação oral). *In*: Aula inaugural do PPGH / UFRN, Natal, 2019.

MOTTA, R. P. S. Sobre as origens e a motivação do ato institucional 5. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 79, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v38n79/1806-9347-rbh-38-79-195.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

ROLLEMBERG, D.; VAINFAS, R. Juízo e verdade histórica no discurso historiográfico. **Revista de Teoria da História**, v. 23, n. 1, p. 13-44, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/64710>. Acesso em: 14 fev. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN). **Comissão da verdade da UFRN**: relatório final. Natal: EDUFRN, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/19504>. Acesso em: 10 nov. 2019.

VECHIATO, F. L.; VIDOTTI, S. A. B. G. Encontrabilidade da informação: atributos e recomendações para ambientes informacionais digitais. **Informação & Tecnologia**, v. 1, n. 2, p. 42-58, 2014a. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/114982>. Acesso em 30 jan. 2020.

VECHIATO, F. L.; VIDOTTI, S. A. B. G. **Encontrabilidade da informação**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2014b.

DIALOGUE BETWEEN THE DOCUMENTS OF THE UFRN TRUTH COMMISSION AND THE INFORMATION FINDABILITY

ABSTRACT

Objective is to: Analyze how the findability of information can contribute to the dissemination of Truth Commission of the Federal University of Rio Grande do Norte documents. The research is characterized as bibliographic and documentary, developed through the inductive method, with a qualitative approach. The main results achieved were: the mapping of the documents of the Truth Commission of the Federal University of Rio Grande do Norte that are in the Image Laboratory, and those that are in the General Archive of the university. In view of this, it is reflected in the need to contribute to the publication of those referred to by using the attributes of information findability. In this perspective, it is recommended to create a Digital Repository and to create a special collection composed of the documents of the Truth Commission of the Federal University of Rio Grande do Norte in the General Archive and / or in the Central Library Zila Mamede.

Descriptors: Information Findability. Truth Commission Documents. Truth Commission of the Federal University of Rio Grande do Norte. Military dictatorship.

DIÁLOGO ENTRE LOS DOCUMENTOS DE LA COMISIÓN DE LA VERDAD DE LA UFRN Y LA ENCONTRABILIDAD DE LA INFORMACIÓN

RESUMEN

Objetivo: es: analizar cómo la localizabilidad de la información puede colaborar para la difusión de los documentos de la Comisión de la Verdad de la Universidad Federal de Rio Grande do Norte. La **metodología:** se caracteriza por ser bibliográfica y documental, desarrollada a través del método inductivo, con un enfoque cualitativo. Los principales **resultados:** obtenidos fueron: el mapeo de los documentos de la Comisión de la Verdad de la Universidad Federal de Rio Grande do Norte que se encuentran en el Laboratorio de Imágenes, y los que se encuentran en el Archivo General de la universidad. Ante esto, se refleja en las **conclusiones:** la necesidad de contribuir a la publicación de los referidos utilizando los atributos de buscabilidad de la información. En esta perspectiva, se recomienda crear un Repositorio Digital y crear una colección especial compuesta por los documentos de la Comisión de la Verdad de la Universidad Federal de Rio Grande do Norte en el Archivo General y / o en la Biblioteca Central Zila Mamede.

Descriptores: Localizabilidad de la Información. Documentos de la Comisión de la Verdad. Comisión de la Verdad de la Universidad Federal de Rio Grande do Norte. Dictadura militar.

Recebido em: 19.04.2021

Aceito em: 18.10.2021